

O anarquismo no Uruguai entre fins do século XIX e começos do século XX

George Fellipe Zeidan Vilela Araújo¹

Introdução

Concomitantemente ao processo de industrialização e ao aumento no número de trabalhadores urbanos, o movimento operário-social no Uruguai — decididamente reforçado pela imigração europeia (sobretudo de italianos, espanhóis e catalães) — começava a despontar, ainda que timidamente, em Montevideu.

Os tipógrafos, pelas próprias características de sua profissão, estavam em contato mais direto com as ideias que circulavam pelo resto do mundo. Foi deles a primeira tentativa de organização dos trabalhadores uruguaios, inspirada em um modelo mutualista de tipo proudhoniano, ocorrida em 1865 com a criação da Associação dos Tipógrafos — renomeada Sociedade Tipográfica Montevideana em 1870.

Até a década de 1870, contudo, a absoluta maioria das publicações contendo algum tipo de crítica social e perspectivas de transformação que circulavam no Uruguai, eram algumas revistas de pouca tiragem inspiradas nas ideias de alguns dos chamados “socialistas utópicos”, principalmente Charles Fourier e Saint-Simon. A partir de então, várias sociedades de ajuda mútua começaram a ser formadas entre os artesãos e trabalhadores uruguaios para tentar resolver certos problemas específicos que lhes afligiam, como demissões, adoecimentos, questões salariais, financiamento de funerais etc. As sociedades de ajuda mútua foram a principal forma de organização do movimento operário-social uruguaio até a década seguinte, apesar de também serem formadas algumas organizações imbuídas de uma perspectiva mais ampla e internacionalista.

Tributário de matrizes ideológicas por momentos contraditórias, o internacionalismo montevideano dos anos 70 refletiu em grande medida a

contribuição ideológica da imigração massiva europeia. A derrota da Comuna de Paris e a ação contrarrevolucionária impulsada a partir de Versalhes por Jules Ferry, não apenas havia implicado a virtual anulação do sindicalismo francês nascido no fim do II Império ao impulso da A.I.T., mas também a declaração de ilegalidade da Seção Espanhola da Internacional; por sua parte o apoio garibaldino ao socialismo [...] teve na península, recém unificada politicamente, uma tradução inequívoca: o crescimento do prestígio da Internacional. Os aportes imigratórios de maior significação no Uruguai da época [...] foram não apenas favoráveis ao incremento demográfico, mas também à difusão de uma ideologia cosmopolita como a que encarnava o internacionalismo anarquista, tanto mais pertinente em uma sociedade jovem como a uruguaia, quanto que o exemplo das nações industrializadas operava como advertência.¹

Com efeito, em 1872, um grupo de trabalhadores de origem europeia fundou a Seção Uruguaia da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.). De tendência federalista-libertária,² defendia a emancipação econômica e social dos trabalhadores, mas começou a funcionar efetivamente apenas em 1875, publicando o periódico *El Internacional* a partir de 1878. Antes disso, em 1876, foi organizada a *Federación Regional de la República Oriental del Uruguay*³ que, ainda que tivesse escassa incidência no movimento dos trabalhadores, veiculou nesse meio um discurso composto por três eixos principais: “a análise das causas da pobreza, o assinalamento de que a violência física não resultava conatural ao anarquismo, e o reconhecimento do papel transformador da educação em um processo de mudança social revolucionária”⁴. Conquanto o alcance de suas atividades fosse reduzido, a organização não deixou de atrair a atenção dos setores conservadores da sociedade e também das autoridades uruguaias, alarmados com a propagação de um pensamento considerado avesso à tradição católica e potencialmente sedicioso.

Das primeiras sociedades por ofício à posição de protagonistas do movimento operário-social

Durante as décadas seguintes, vários panfletos de caráter libertário circularam pela capital, Montevideu, mas o desaparecimento da A.I.T. no final dos anos 1880 provocou certa dispersão dos grupos anarquistas uruguaiois. Isso não impediu que as várias organizações promovessem as ideias libertárias através de suas publicações, encontros ou pela formação de bibliotecas e cooperativas. A partir da década de 1890, houve um recrudescimento significativo tanto das publicações libertárias quanto do alcance das atividades promovidas

pelos anarquistas,⁵ o que, junto com a difusão de ideias de cunho socialista,⁶ começava a inquietar as autoridades. A maior parte das atividades anarquistas era animada pelo *Centro Internacional de Estudios Sociales* (fundado em 1897), que funcionou como uma espécie de “Central Anarquista”.⁷ Para além disso, o conjunto da militância libertária teve participação importante em greves, manifestações e comemorações de datas simbólicas (como o 1º de maio e o aniversário da Comuna de Paris) que ocorreram no período.

Em 1902, o movimento dos trabalhadores no país ganharia novo impulso devido à aprovação da Lei de Residência pelo parlamento argentino. A lei, que permitia ao governo argentino expulsar imigrantes do país sem a necessidade de julgamento, foi um instrumento de repressão da organização sindical dos trabalhadores anarquistas e socialistas, provocando a fuga de vários deles para Montevidéu, onde trataram de dar prosseguimento à sua atividade militante.⁸ O Uruguai, que havia recebido, nas décadas anteriores, um contingente muito significativo de imigrantes europeus, passava por um vigoroso impulso de modernização econômica, política, social e cultural. Ao mesmo tempo, com o crescimento da capital, das camadas médias descontentes e dos setores proletários, greves e manifestações tornavam-se cada vez mais intensas. Frente a essa situação potencialmente explosiva, alguns políticos começaram a buscar meios que pudessem conter os já ameaçadores conflitos sociais.

Foi nesse contexto de crise social e descontentamento popular que, em 1903, o líder reformista José Batlle y Ordóñez assumiu a presidência da república. Batlle y Ordóñez era oriundo de uma tradicional família pertencente ao *patriciado* uruguaio e seu pai, Lorenzo Batlle, havia exercido a presidência da república entre 1856-1860. Além de político e empresário, foi jornalista e fundador do importante diário *El Día* (1886), tendo sido presidente da república em duas oportunidades, 1903-1907 e 1911-1915. Membro do Partido Colorado, subiu ao poder em meio à crise social e descontentamento popular. Típico representante da elite latino-americana ilustrada da época, desenvolveu uma doutrina política e social que ficou conhecida como *batllismo*. Em linhas gerais, essa doutrina sustentava que para o desenvolvimento do país e da sociedade, o Estado deveria controlar alguns aspectos básicos da economia por meio de monopólios estatais que fomentassem a indústria de bens de consumo e serviços, bem como criar um amplo corpo de leis sociais que, como resultado, forjaria uma sociedade de classe média sob o amparo de uma economia pujante e de um Estado benfeitor, intervencionista e redistribuidor dos lucros.⁹ O alcance e a repercussão das reformas implementadas foram enormes, causando a ira dos conservadores e exercendo notável influência e certa atração sobre o movimento operário-social da época. Não obstante,

a maioria dos trabalhadores manteve sua independência organizacional.

O anarquismo era a principal força do movimento operário-social uruguaio nas primeiras décadas do século XX e uma parte de seus militantes coordenou os esforços para a criação, em 1905, da *Federación Obrera Regional Uruguaya* (F.O.R.U.) — a principal federação operária do Uruguai à época. Para Ángel Cappelletti e Carlos Rama, uma série de características peculiares no transcurso de seu desenvolvimento histórico fez do Uruguai um caso particular na história do movimento anarquista.

Uma série de circunstâncias históricas, como a tardia colonização hispânica, a ausência de instituições típicas da Contrarreforma (Inquisição, universidades pontifícias, colégios jesuíticos, etc.), o predominante laicismo (que culminou na era de Batlle) e a grande afluência imigratória, fizeram do Uruguai um país muito receptivo às ideias anarquistas, conhecidas desde o século XIX por muitos uruguaios através das obras de Proudhon e Reclus, cujo nome (junto ao de outros sábios) aparece gravado no frontispício da Universidad de la República. Em nenhum país da América Latina, as ideias anarquistas chegaram a ser tão familiares ao leitor culto, ao político, ao intelectual e ao homem comum.¹⁰

Para o historiador uruguaio Carlos Rama, “o anarquismo uruguaio se beneficiava com ser constantemente dominante desde as origens do movimento operário e social em 1865”.¹¹ Rama afirma que o anarquismo não apenas era majoritário no movimento operário-social naqueles anos, mas “impregnava” a vida da sociedade uruguaia em três âmbitos. O primeiro seria o próprio campo da organização operária, “em que praticamente movimento sindical e anarquismo se convertem em sinônimos”.¹² O segundo, a já referida profusão excepcional da imprensa libertária, tanto no que diz respeito ao número de publicações e suas tiragens quanto no alcance que possuíam. Inúmeros panfletos, revistas e periódicos de caráter anarquista, das mais variadas tendências, tanto em espanhol como em italiano foram publicados no país nesses anos. “Especialmente os anarquistas alentaram uma floração periodística inimaginável, prova de inquietude propagandística e docente da militância operária”¹³. Por fim, o terceiro âmbito no qual, para Rama, seria possível mensurar a importância do anarquismo na sociedade uruguaia da época, refere-se à criação e difusão de

uma espécie de ética popular, independente da ética religiosa da Igreja, mas também da ética utilitarista da burguesia [...]. Nesse mundo de “companheiros” [...] há usos, instituições, princípios, opções de vida, “valores” (como dizemos hoje), que se opõem ao mundo dos ricos e privilegiados.¹⁴

Ainda em 1905, sob influência da fundação da F.O.R.U., várias greves irromperam, sendo que as mais importantes foram a dos funcionários do Ferrocarril Central, a dos operadores de bonde, a dos sapateiros, e a dos trabalhadores do porto de Montevideú.¹⁵

Entre 1906 e 1908, a organização viu-se debilitada por várias disputas teóricas internas, mas ainda assim buscou aumentar sua representatividade no interior do país. Uma atividade importante desenvolvida no período, que fez com que a F.O.R.U. recuperasse o ímpeto militante, foi a campanha em prol do pedagogo anarquista catalão Francisco Ferrer — um dos defensores da “Escola Moderna”.

Além do tradicional nacionalismo separatista, a Catalunha era uma região de forte influência anarquista, o que fazia com que fosse especialmente vigiada pelo governo madrilenho. Em julho de 1909, o exército espanhol havia sofrido um duro revés provocado pelos rifenhos em uma campanha militar nas proximidades de Melilla, exclave espanhol na costa do Marrocos. Necessitando de combatentes, o governo decidiu convocar os reservistas da Catalunha, no que foi entendido por muitos catalães como uma verdadeira provocação. Anarquistas, socialistas, republicanos e sindicalistas reagiram organizando grandes manifestações contrárias à convocação enquanto tropas leais a Madri foram enviadas a Barcelona para controlar a situação e um feroz confronto teve início entre a Guarda Civil Espanhola e os sublevados, resultando em cerca de 200 trabalhadores mortos.

Durante os eventos, que ao estenderem-se por cinco dias ficaram conhecidos como “*Setmana Tràgica*”, dezenas de igrejas e conventos foram incendiados e vários padres e freiras, acusados de apoiar a repressão, foram assassinados. Após controlar a situação, o governo espanhol, realizou prisões em massa, torturas e promoveu execuções sumárias, incluindo a de Ferrer. O pedagogo, na verdade, encontrava-se na Inglaterra durante o levante, mas mesmo assim foi fuzilado sob a acusação de ter incitado a revolta. A brutalidade da repressão madrilenha e os fuzilamentos sumários provocaram reações contrárias na própria Espanha, e Ferrer tornou-se um mártir internacional.¹⁶ Seu fuzilamento, ocorrido em 13 de outubro do mesmo ano, indignou grande parte da sociedade uruguaia. A F.O.R.U., com o apoio dos socialistas e de outras forças progressistas convocou no mesmo dia uma paralisação geral, seguida de manifestação no fim da tarde. À manifestação, considerada um êxito, compareceram cerca de dez mil pessoas.¹⁷

Se as jornadas pró-Ferrer serviram para que a F.O.R.U. e o movimento anarquista em geral cobrassem novo ânimo, não se deve deixar de ressaltar que a mobilização trabalhadora no Uruguai se via acentuada também devido à imigração anarquista proveniente da Argentina.

Durante as comemorações do Centenário da Revolução de Maio, em 1910, o governo argentino havia expulsado do país uma grande quantidade de trabalhadores ligados aos sindicatos daquele país, que logo engrossariam as fileiras das associações uruguaias. Alguns militantes argentinos, durante o exílio, inclusive chegaram a publicar em Montevideu o periódico bonaerense *La Protesta*.¹⁸

De qualquer maneira, totalmente controlada pelos libertários, a F.O.R.U. teve um crescimento bastante rápido. Já em 1911, segundo estatísticas oficiais, estavam afiliados à federação 90.000 trabalhadores industriais, ou seja, quase 77% da força de trabalho industrial do país.¹⁹ Entretanto, disputas políticas, programáticas e organizacionais internas, somadas às diferentes e muitas vezes conflitantes interpretações da conjuntura nacional e da situação internacional, levaram a federação a alternar períodos de intensa atividade com outros de crise militante. Não obstante, desempenhou um papel importantíssimo nas lutas do movimento operário, organizando as várias greves e manifestações por melhores condições de trabalho, redução da jornada e pagamento de um salário digno que ocorreram no período.²⁰ Isso incluiu a greve dos ferroviários em 1908 e a greve geral de 1911.

A greve geral de 1911 foi motivada pela decisão das empresas de bondes United Electric Transway of Montevideo Limited e Compañía Alemana Transatlántica (ambas estrangeiras) de demitir nove trabalhadores que haviam assumido a direção do recém-criado sindicato dos trabalhadores dos bondes. Isso acarretou a declaração de greve por parte da agremiação no dia 11 de maio de 1911, contando com o apoio da absoluta maioria dos trabalhadores do setor. Apesar do governo de Batlle y Ordóñez ter reconhecido o direito à greve, evitou declarar apoio a um dos lados do conflito. Um acordo que havia sido mediado pelo Círculo da Imprensa, reintegrando os trabalhadores a seus postos de trabalho, foi desrespeitado pela empresa inglesa, o que levou o sindicato a solicitar a intervenção da F.O.R.U. Dos quarenta sindicatos que compunham a federação, trinta e cinco votaram pela greve geral por tempo indeterminado, a iniciar-se a partir do dia 23 daquele mês. Com Montevideu praticamente paralisada, manifestações em favor dos trabalhadores demitidos irromperam pela cidade, e alguns grevistas acabaram presos. Após intensos debates no parlamento e discussões sobre o tema na imprensa, um novo acordo, desta vez mediado pela prefeitura de Montevideu, foi assinado, prevendo a reintegração dos trabalhadores. Apesar do voto contrário de seis sindicatos, a F.O.R.U. decidiu pelo fim da greve, considerada um sucesso.²¹ Essa foi a primeira greve geral da história do país, considerada por muitos historiadores uruguaios um verdadeiro marco na história do movimento dos trabalhadores no país, não apenas por ter sido a primeira, mas também por ter aumentado a confiança do

movimento, e indicado que era possível impor reformas laborais através do caminho das lutas e da ação direta.²²

As mobilizações continuavam por todo o país. Entre fins de outubro e começos de novembro de 1913, houve uma greve dos trabalhadores de uma indústria têxtil por melhores salários e pela criação de uma sociedade de resistência na cidade de Puerto Sauce (atual Juan Lacaze, departamento de Colonia). A greve geral convocada pela F.O.R.U. em solidariedade aos trabalhadores não aconteceu. O conflito resolveu-se com a intervenção do Ministro das Indústrias de Batlle, tendo sido acordado um aumento salarial e a proposta de criação de uma sociedade operária que não tivesse o nome de “sociedade de resistência”, mas sim “centro educativo”. A aceitação do acordo por parte do secretário-geral da F.O.R.U., Jesús M. Suárez, enfureceu a maioria dos delegados dos sindicatos que compunham a federação, que a consideraram uma traição aos interesses dos trabalhadores. A renúncia do secretário-geral na reunião do conselho geral, no dia 12 de novembro, a incapacidade de compor um novo conselho e os ataques públicos feitos por alguns sindicatos à federação determinaram a interrupção temporária de suas atividades no final daquele mesmo ano²³ — o que debilitou o movimento dos trabalhadores.

Essa debilitação foi algo reforçada pelas políticas repressivas adotadas por Feliciano Viera, sucessor de Batlle na presidência.²⁴ Contudo, as agitações voltaram a recrudescer durante o transcurso da Grande Guerra (1914-1918). A difícil conjuntura internacional incidiu fortemente na classe trabalhadora uruguaia, com o aumento do desemprego e do custo de vida, ao que os trabalhadores responderam deflagrando greves, promovendo comícios de protestos e organizando comitês pró-paz.²⁵

Tendo sido protagonistas da maioria das greves, manifestações e paralisações entre fins do século XIX e inícios do século XX, os anarquistas tiveram a oportunidade de atuar tanto sob os governos militaristas de Lorenzo Latorre (1876-1880) e Máximo Santos (1882-1886), quanto sob o reformismo *batllista*. Se bem é certo que desprezavam os governos militaristas por suas características intrínsecas, o fato de que os anarquistas uruguaios tenham sido os principais atores sociais do movimento operário e social em seu país no contexto das reformas políticas, econômicas e sociais promovidas pelo *batllismo* fez com que as disputas em torno da “questão social” adquirissem contornos particulares. Isso porque os libertários não apenas lideraram o movimento operário em uma série de lutas e reivindicações (diminuição da jornada laboral, abolição do trabalho noturno, indenizações por acidentes, direito à sindicalização etc.), como também se viram obrigados a posicionar-se a respeito de

melhorias que emanavam do próprio governo, o que fazia com que não fossem, aos olhos de muitos deles, resultados da “genuína luta popular”. Alguns grupos defendiam a aprovação e cumprimento de tais leis, qualificando-as como “progressistas” e “essenciais para o bem-estar dos trabalhadores”. Contudo, para um setor radicalizado, que estava longe de ser minoria no movimento operário-social, a *questão social* somente poderia ser resolvida “pelo cumprimento ‘finalista’ da revolução social”,²⁶ o que implicava a derrubada de toda a ordem política, econômica e social existente.

O desenvolvimento histórico do Uruguai havia “demonstrado” a esses setores do movimento operário-social uruguaio que — a despeito das melhorias alcançadas pelos trabalhadores durante os mandatos presidenciais de José Battle y Ordóñez — mesmo o mais progressista dos governos poderia apenas promover reformas lentas, limitadas, insuficientes. Reformas que, para eles, mantinham a desigualdade social e a exploração do trabalho, restringiam a liberdade individual e perpetuavam a alienação das massas. Portanto, a maior parte dos anarquistas uruguaios continuou a advogar o fim tanto dos partidos quanto do poder político e a acusar as eleições de serem uma “farsa da burguesia”, defendendo a conscientização das pessoas através da propaganda de seus ideais revolucionários e apontando a ação direta como única verdadeiramente consequente com o ideal anarquista e única capaz de provocar uma mudança efetiva da sociedade. Destarte, só havia um caminho para que fosse possível essa transformação: a *Revolução Social*.

A importância da imprensa operária e sindical para o movimento dos trabalhadores rioplatenses

Centros de estudo e alfabetização, locais de convivência como salas de leitura e discussão, atividades de integração como piqueniques, churrascos, vesperais e apresentações de peças teatrais engajadas ajudavam, sem dúvida, a difundir o ideal anarquista. Contudo, os principais veículos de propagação dos ideais anarquistas no *Río de la Plata* eram os periódicos que os libertários publicavam.

A importância que a imprensa operária e sindical teve para o movimento dos trabalhadores *rioplatenses* em geral (e para o anarquismo em particular), entre fins do século XIX e começos do século XX, é sublinhada por vários autores.

Carlos Zubillaga e Jorge Balbis sustentam que uma história desse movimento que

ignore ou relegue a um lugar secundário o papel desempenhado por esse tipo de impresso é algo impensável, pois “não se trata de um componente prescindível no momento de desenhar rigorosamente a dimensão ideológica e os modos de ação dos setores assalariados por mais de um século de vida quotidiana”.²⁷ Aliás, as redações dos periódicos operários, onde eram diagramados, vendidos e distribuídos, estavam concentradas em uma zona mais ou menos específica da topografia urbana e coincidiam com as próprias sedes de várias organizações (sindicatos, centros de estudo, espaços de convivência etc.).

Carlos Rama destaca que um dos “fatos mais surpreendentes quando se estuda esse período é comprovar a profusão da imprensa do movimento operário e social”,²⁸ fosse através de manifestos, volantes, periódicos ou folhetos. Não obstante a ampla variedade dos impressos então circulantes, havia semelhanças no que diz respeito à disposição gráfica, periodicidade e financiamento. Com relação à disposição gráfica, não havia maiores preocupações com a apresentação estética, o que talvez denotasse tanto um grau relativamente limitado de conhecimentos gráficos quanto uma preocupação em maior aproveitamento possível de tinta, papel e instrumentos para a própria impressão. As dificuldades econômicas eram enormes e o endividamento, recorrente, o que muitas vezes comprometia a periodicidade pretendida pelos responsáveis pela publicação. A direção de cada periódico tentava minimizar os problemas financeiros através de pedidos de doação e “contribuições solidárias”, e, principalmente, com a realização de eventos que cobravam pequenas taxas para participação, como piqueniques, vesperais, festas comemorativas etc.²⁹

De acordo com Mirta Zaida Lobato, aquela imprensa operária (como qualquer imprensa alternativa) possuía, como um de seus objetivos, contrainformar o que seus oponentes — as imprensas burguesa e religiosa — afirmavam, exercendo uma função “pedagógica” e contrapondo-se ao discurso das classes dominantes. Além de informações sobre eventos e acontecimentos, as páginas possuíam um marcado conteúdo de propaganda do ideário revolucionário, crítica à moral burguesa e necessidade de derrubada da ordem capitalista — sem que isso representasse, necessariamente, a discussão dos meios pelos quais se daria essa mudança. Os periódicos eram, assim, utilizados para difundir uma consciência classista, estabelecendo um primeiro contato entre os trabalhadores e o *corpus* teórico da doutrina, funcionando como uma ferramenta de preparação dos trabalhadores para leituras de textos mais complexos. Os editores dos periódicos esperavam que, com a conscientização advinda da relação com essas novas ideias, os leitores fossem transformados em agentes da mudança e da construção de uma nova ordem social.³⁰

Apesar de sua irregularidade, heterogeneidade e seu alcance limitado, a imprensa [operária e] sindical contém, como fonte historiográfica, um conjunto de informações, opiniões e referências às vivências dos trabalhadores e se transforma em um material indispensável para o desenvolvimento dos estudos históricos sobre o movimento [operário e] sindical. Através da leitura de muitos desses periódicos, de vida efêmera e de tiragens limitadas, emanados de alguma sociedade ou biblioteca proletária, é que muitos militantes abraçaram a causa operária e se nutriram de propaganda, doutrina e educação política e social.³¹

Essas publicações, escritas por trabalhadores, estavam dirigidas, sobretudo, aos trabalhadores assalariados manuais em geral (especialmente àqueles de oficinas e indústrias), aos estivadores e a outros trabalhadores envolvidos em tarefas de carga e descarga nos portos ou estações ferroviárias.

Ao finalizar o século XIX e começar o século XX, o trabalhador da cidade, em particular o das fábricas e das oficinas, os portuários e ferroviários, eram dados inseparáveis da vida urbana (e não apenas dela). O trabalhador da cidade era também um homem que podia protestar, paralisar o trabalho, deter a produção.³²

As referências aos trabalhadores rurais eram quase nulas, já que o público-alvo era o trabalhador urbano assalariado, presumido ator da transformação social.³³ Muito mais do que “informar” os leitores sobre algum fato ou acontecimento, os jornais deveriam, portanto, ser úteis no campo da propaganda ideológica.

Todavia, os periódicos libertários *rioplatenses* cumpriram funções ainda mais importantes. Ao propagarem valores, referências, artigos teóricos, análises conjunturais, imagens com mensagens anarquistas e divulgarem tanto datas comemorativas quanto jornadas de luta e luto, ajudaram a construir redes de sociabilidade e a disseminar a cultura política libertária³⁴ na região, atuando como vetores privilegiados de sua socialização.

Considerações finais

O anarquismo uruguaio – assim como acontecia com o movimento libertário em outras localidades – estava dividido em várias correntes que muitas vezes professavam ideias que se contrapunham umas às outras. *Grosso modo*, evitando esquematismos e, sem desconsiderar a multiplicidade de influências existentes, podemos afirmar que duas correntes ocupavam papel

destacado no interior do anarquismo uruguaio de começos do século XX: uma combinação de anarcocomunismo³⁵ e anarcocoletivismo,³⁶ permeada por alguns elementos anarcossindicais,³⁷ contrapondo-se a uma vertente do anarquismo individualista³⁸ atravessada pelas teorias social-evolucionistas em voga na época.

Porém, ainda que essa heterogeneidade tenha levado a divergências e disputas pela direção do movimento operário-social, ela não impediu que libertários se identificassem como sendo parte de um movimento comum que ansiava chegar ao ideal da “Anarquia”, e que durante um bom tempo fossem os principais responsáveis pela condução das lutas sociais no Uruguai.

¹ Mestrando em História, UFMG

¹ BALBIS, Jorge; ZUBILLAGA, Carlos. *Historia del movimiento sindical uruguayo*, t. IV, Cuestión Social y debate ideológico. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992, p. 25.

² O federalismo libertário é uma forma de organização da sociedade proposto por alguns anarquistas como Proudhon, Bakunin e Kropotkin. A “sociedade anarquista” seria dividida em federações, comunas, associações ou cooperativas — todas unidas por laços de solidariedade — para uma maior racionalidade e eficiência das interações humanas e sociais. De acordo com Judith Suissa, o federalismo libertário é “basicamente um desenvolvimento lógico do mutualismo [...]. A ideia é que a sociedade de comunas organizadas voluntariamente devesse ser coordenada por uma rede de conselhos. A diferença chave entre essa ideia anarquista e a do princípio da representação democrática é que os conselhos seriam estabelecidos de forma espontânea para atender às necessidades econômicas ou organizacionais específicas das comunidades, pois eles não teriam autoridade central, nenhuma estrutura burocrática permanente, e seus delegados não teriam autoridade executiva, estando sujeitos à desnomeação a qualquer tempo”. SUISSA, Judith. *Anarchism and Education: A Philosophical Perspective*. Oakland: PM Press, 2010, p. 12.

³ Também denominada *Federación Montevideana*.

⁴ BALBIS; ZUBILLAGA, op. cit., p. 23.

⁵ RODRÍGUEZ, Universindo et al. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Taurus, 2006, p. 15.

⁶ Uma difusão mais sistemática de um socialismo de viés marxista no Uruguai remonta à década de 1890. Contudo, o Partido Socialista do Uruguai seria formado apenas em 1910. Cf. LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya: Anarquistas y socialistas (1838-1910)*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1992, p. 75-115.

⁷ *Ibid.*, p. 60-61.

⁸ D'ELÍA, German; MIRALDI, Armando. *Historia del movimiento obrero en el Uruguay: Desde sus orígenes hasta 1930*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 55.

⁹ NAHUM, Benjamín. *Historia uruguaya: La época batllista (1905-1929)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998, p. 5-52.

¹⁰ CAPPELLETTI, Ángel; RAMA, Carlos. *El anarquismo en América Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990, p. LXV.

¹¹ RAMA, Carlos. La “cuestión social”. In: *Cuadernos de Marcha n° 22: Montevideo entre dos siglos (1890-1914)*. Montevideo: Marcha, 1969, p. 64.

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*, p. 66.

¹⁴ *Ibid.*, p. 67.

¹⁵ NAHUM, op. cit., p. 10.

¹⁶ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, v. 1,

Porto Alegre: L&P, 2007, p. 119.

¹⁷ LÓPEZ D'ALESSANDRO, op. cit., p. 30-34.

¹⁸ Ibid., p. 15-17.

¹⁹ CAPPELLETTI; RAMA, op. cit., p. 60.

²⁰ RODRÍGUEZ et al., op. cit., p. 28-48; D'ELÍA; MIRALDI, op. cit., p. 61-97.

²¹ D'ELÍA; MIRALDI, op. cit., p. 99-103; LÓPEZ D'ALESSANDRO, op. cit., p. 14-20.

²² LÓPEZ D'ALESSANDRO, op. cit., p. 20.

²³ Ibid., p. 36.

²⁴ D'ELÍA; MIRALDI, op. cit., p. 120-123.

²⁵ RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis: Insular, 1999, v. 2, p. 168.

²⁶ RAMA, op. cit., p. 74.

²⁷ BALBIS; ZUBILLAGA, op. cit., p. 9-10.

²⁸ RAMA, op. cit., p. 66.

²⁹ ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. La cuestión social: La prensa obrera y los diários pioneros de los partidos de izquierda. In: Idem. *Historia de la prensa en el Uruguay: desde La estrella del sur a Internet*. Fin de Siglo, 2008, p. 410.

³⁰ LOBATO, Mirta Zaida. *Palabras proletarias, utopías, derechos y ciudadanía en la prensa gremial del Río de la Plata (1890-1955)*. Buenos Aires: Flacso, 2005 apud ÁLVAREZ FERRETJANS, op. cit., p. 418.

³¹ ÁLVAREZ FERRETJANS, op. cit., p. 410.

³² LOBATO, op. cit., p. 419.

³³ ÁLVAREZ FERRETJANS, op. cit., p. 409.

³⁴ Para uma análise das principais características da cultura política libertária, cf. MANFREDONIA, Gaetano. Persistence et actualité de la culture politique libertaire. In: BERNSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Le Seuil, 1999, p. 243-286.

³⁵ De maneira muito resumida, essa vertente do anarquismo afirma que a propriedade da terra, dos recursos naturais e dos meios de produção deveriam ser mutuamente controlados por comunidades locais federadas. Todas as decisões seriam tomadas de maneira local e direta, sem a existência de intermediários ou de qualquer autoridade central. WARD, Colin. *Anarchism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 2.

³⁶ Sinteticamente, o coletivismo anárquico advoga a abolição revolucionária do Estado e o fim da propriedade privada dos meios de produção, que passariam a ser propriedade coletiva e administrados pelos próprios trabalhadores. Ibid.

³⁷ Dito de forma demasiadamente simplista, o anarcossindicalismo coloca ênfase nas ações de luta e resistência dos trabalhadores organizados contra a exploração do trabalho e a violência estatal. Um de seus objetivos é a deflagração de uma greve geral que aboliria o Estado e abriria caminho para o estabelecimento de uma sociedade livre dirigida pelos próprios trabalhadores. Ibid. A expressão “anarcossindicalista” não foi utilizada de maneira ampla até o começo da década de 1920, “[...] quando foi aplicada de maneira polêmica como um termo pejorativo pelos comunistas a quaisquer sindicalistas [...] que se opunham ao aumento do controle do sindicalismo pelos partidos comunistas”. BERRY, David. The Aftermath of War and the Challenge of Bolshevism, 1917-1924. In: Idem. *A history of the French anarchist movement, 1917-1945*. Westport: Greenwood Press, 2002, p. 134.

³⁸ Também expresso de forma bastante esquemática, o anarquismo individualista agrupa uma série de correntes bastante diversas. O politólogo Michael Freeden identifica quatro amplos tipos de anarquismo individualista. O primeiro tipo estaria associado a William Godwin, que advogava o autogoverno com um resultado de uma progressiva e benevolente racionalização da vida social. O segundo seria a racionalidade amoral e interessada do Egoísmo, majoritariamente associada ao neohegeliano Max Stirner. O terceiro estaria ligado às previsões iniciais de Herbert Spencer e de alguns de seus discípulos, como Wordsworth Donisthorpe, que previam o progressivo desaparecimento do Estado em decorrência da evolução social. O quarto, relacionado a alguns norte-americanos, como o escritor Benjamin Tucker, não descarta certa cooperação social, mas admite uma forma moderada de egoísmo e defende as relações de mercado. FREEDEN, Micheal. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford University Press Inc., 2006, p. 313-314. Comum a todas elas é a ênfase colocada sobre o indivíduo, considerado um fim em si mesmo. A única maneira

legítima de associar-se a outros indivíduos seria através de seu livre desejo pessoal, sem submeter-se a nenhuma ideologia ou vontade externa, nem ditames morais e sociais, como, por exemplo, o chamado “bem comum”. De maneira geral, o anarquismo individualista sempre se preocupou muito mais com a mudança interna do que com a transformação externa. WARD, op. cit, p. 2.